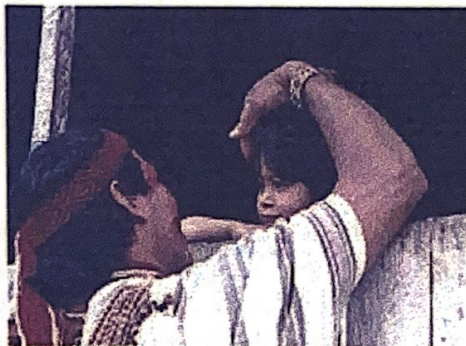


Índios Ashaninka denunciam madeireiros peruanos

Extração de mogno, feita pelos peruanos, já está do lado brasileiro da fronteira desde 1999, depredando santuário de fauna dentro da reserva Ashaninka

Campinas, SP - O roubo de madeiras nobres em terras indígenas na Amazônia também tem sua face binacional. Desde 1999, os índios Ashaninka (ou Kampa), do extremo oeste do Acre, denunciam a invasão de madeireiros peruanos em suas terras, do lado brasileiro da fronteira.



Maria Zulmira/AE

Modo de vida dos Ashaninka vem sendo prejudicado pelas invasões em suas terras.

As trilhas abertas para a retirada de toras já são usadas por traficantes de cocaína, para trazer a droga para o Brasil. Existe um grupo binacional, coordenado pelos ministérios de Relações Exteriores do Brasil e do Peru, para buscar uma solução, mas a expectativa, tanto dos índios, como da Fundação Nacional do Índio (Funai), é de intervenção do Exército.

Vistoria

Em outubro passado, os índios brasileiros queimaram algumas cabanas, que serviam de apoio aos madeireiros peruanos, que utilizariam mão-de-obra e contariam com o apoio de índios Ashaninka da aldeia Sawawo, localizada em solo peruano. Entre os dias 9 e 15 deste mês, as instituições que compõem o Grupo de Cooperação Ambiental Fronteira Brasil-Peru fizeram uma vistoria, constatando novos cortes de madeira do lado brasileiro.

Participaram da incursão a Polícia Federal (PF), a Funai, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Nacional Peruana e o Instituto Nacional de Recursos Naturais do Peru (Inrena). Os Ashaninka ainda enviaram um documento aos índios da aldeia Sawawo, proibindo sua passagem e a realização de qualquer tipo de negócio, envolvendo madeira, em terras brasileiras. O documento permite apenas a visita

entre famílias.

Pista de pouso

Na imagem do satélite Landsat 7, cedida pela Embrapa Monitoramento por Satélite e correspondente a agosto de 1999, aparece uma pista de pouso, da aldeia Sawawo, do lado peruano, distante apenas 15 quilômetros da aldeia Ashaninka, localizada do lado brasileiro. Conforme as denúncias, a exploração madeireira ocorre na área situada entre as duas aldeias, assim como o uso das trilhas pelo narcotráfico.



Moises/AE

Exploração de madeira degradada reserva florestal da Aldeia Ashaninka do rio Amônia

“Desde a primeira denúncia, em 1999, já vieram várias equipes do governo até a aldeia, identificaram o problema, voltaram para Brasília e não aconteceu nada, porque o investimento é muito alto e eles teriam que trazer até helicóptero”, diz Francisco de Silva Pinhanta, líder indígena da Apiwtxa, como eles chamam a aldeia localizada às margens do rio Amônia. “Nós preservamos 80% das nossas terras e consideramos a área de fronteira um santuário, um refúgio onde nós não vamos nem caçar nem pescar para garantir a reprodução dos animais, e é justamente lá que os peruanos estão”.

Defesa do território

Segundo Pinhanta, o acesso pelo lado brasileiro é difícil, mas do lado peruano há estradas, trilhas e muitos moradores, que vivem da extração da madeira ou do narcotráfico. “Os Ashaninka são verdadeiros heróis porque estão, em primeiro lugar, defendendo o território brasileiro e a um custo muito alto para eles, porque esta fiscalização – que deveria ser feita por nossas autoridades de segurança de fronteiras, a Polícia Federal e o Exército – está atrapalhando as atividades e interferindo na cultura deles”, enfatiza Antônio Pereira Neto, chefe da Funai no Acre, lembrando que o órgão não tem atribuições policiais e tem assistido, impotente, ao desenrolar do conflito.

“Os Ashaninka são um povo organizado, altamente produtivo, com autonomia econômica e, assim, arriscam a vida em defesa da nossa soberania, porque os peruanos estão bem armados, são bem articulados e estão lá para roubar, dispostos a matar”.

Terra Kampa

A Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, dos Ashaninka, fica no município de Marechal Thaumaturgo, foi

demarcada em 1992 e tem 87 mil hectares. De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), a última estimativa de população, de 1999, é de 813 índios do lado brasileiro. A principal aldeia, nas margens do Rio Amônia, tem 450 índios. Os demais vivem em uma aldeia no rio Envira ou em pequenos núcleos familiares, espalhados pela região.

No Peru, as estimativas são de que vivem 55 mil índios da mesma etnia, que manteve suas tradições e modo de vida surpreendentemente preservados, apesar do contato com os brancos ter ocorrido já no século XVI.

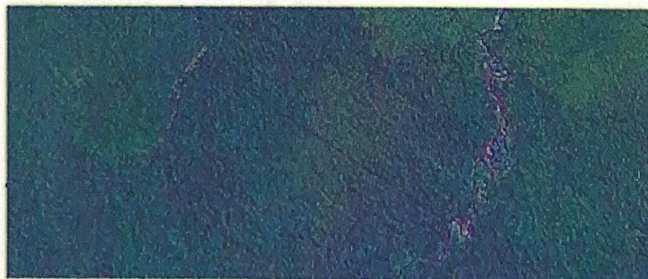
Antes da demarcação, os Ashaninka do Acre trabalhavam para os chamados “patrões”, na retirada de madeira, venda de caça e pescado. Depois de 1992, passaram gradativamente a um sistema de extrativismo sustentável de produtos florestais e conseguiram produzir um artesanato aceito pelo mercado, hoje vendido em lojas do Centro-Sul do país. Também plantam mandioca, fazem coletas e caçam, possuindo um eficiente sistema de troca de alimentos entre as famílias, feito pelas mulheres.

Fronteira seca

Em março, o Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça Brasil-Peru decidiu reavivar a demarcação de fronteira na área, o que deveria ter sido feito em junho passado pelo Itamaraty, mas até agora não aconteceu. Como a fronteira ali é seca – ou seja, não é traçada sobre o leito de um rio – os madeireiros peruanos alegam estar do lado do Peru e continuam a avançar sobre território brasileiro.

“É uma desculpa, eles sabem perfeitamente que estão do lado de cá, por isso achamos que uma demarcação mais clara ajudaria”, acrescenta o líder indígena. A demarcação só tem condições de ser realizada entre os meses de maio a setembro, durante o chamado “verão” (estação seca).

“Temos todo interesse em que este problema se resolva rápido e da melhor maneira possível, não somente em relação a esta questão conjuntural, mas com o estabelecimento de marcos normativos, de instrumentos de controle, regulamentos e normas de procedimento para este tipo de delito fronteiriço, para prevenir futuros problemas e como apoio à cooperação entre os dois países”, afirma Jorge Jallo, coordenador do Grupo de Cooperação na Embaixada do Peru, em Brasília.



A madeira nobre das terras dos Ashaninka no Rio Amônia (círculo preto), Acre, é ilegalmente explorada por madeireiros peruanos, que contam com o apoio dos Ashaninka do Peru, em cuja aldeia fica a pista de pouso detectada na imagem de satélite.

Segundo ele, o controle da extração ilegal de madeira é difícil, numa área onde a fronteira é extensa e o acesso precário, mas há uma expectativa de resolução, através da cooperação entre os órgãos ambientais técnicos dos dois países e, sobretudo, com o início das operações do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Liana John